

Documento de Posição da Sociedade Civil sobre os Acordos de Parceria Económica (vulgo EPAs)

As 19 organizações da sociedade civil (OSC) reunidas nos dias 8 e 9 de Agosto de 2007, na sala de reuniões da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), adoptaram o presente documento de posição expressando a sua percepção, receios e sugestões em relação ao processo sobre os EPAs. EPAs são acordos de parceria económica que visam a liberalização económica entre a União Europeia (UE) e os Países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), no âmbito do acordo de Cotonou. Para estas os EPAs constituem uma séria ameaça à estrutura local de crescimento e desenvolvimento devido à desvantagem concorrencial de Moçambique em relação à UE.

A Campanha Não aos EPAs regista e reconhece o esforço até aqui desenvolvido por todos os actores da Sociedade Civil, desde que se lançaram os debates e o processo negocial sobre os EPAs, apesar da sua exclusão do processo desde 2002 (início das negociações). A sua participação poderia ter permitido uma melhor análise das vantagens, oportunidades e desafios deste processo. As OSC clamam o direito a ver reflectidas as suas ideias nas decisões estratégicas do país, como são os EPAs.

Com adopção dos EPAs são de prever as seguintes consequências:

- Redução das taxas aduaneiras em resultado da abolição das tarifas alfandegárias, porquanto a diversificação das receitas fiscais não compensará as perdas. Esta perda afectará a capacidade do Estado de investir na saúde, na educação, nas infra-estruturas públicas e no apoio ao desenvolvimento local.
- As pequenas e médias empresas rurais poderão não sobreviver à concorrência desleal, originando o desemprego e a deslocação massiva de pessoas do meio rural para o urbano.
- Impacto negativo em vários sectores particularmente nas áreas de agricultura, pesca e no sector de qualidade. Por exemplo, aumentará a pressão sobre os recursos naturais com efeitos como o desflorestamento e a produção insustentável.
- Fragilização da capacidade competitiva dos produtores Moçambicanos dadas as importações de produtos agrícolas da UE a preços artificialmente baixos, criando maior dependência nacional em relação a estes produtos alimentares importados.
- Concentração dos produtores nas culturas de rendimento em detrimento da diversificação dos meios de sustento.
- Marginalização da participação popular nos processos de formulação de políticas públicas nos sectores de produção e comércio, dado o carácter economicista da liberalização.

Assim recomendamos que:

- O Governo solicite mais tempo de negociações sobre comércio de forma a garantir participação popular e criação de condições para obtenção de vantagens.
- O Governo não negocie a liberalização dos assuntos relacionados ao comércio tais como investimentos, serviços, competição, direitos de propriedade intelectual, regras de *procurement* público, questões sociais, e outros enquanto o país não tiver robustez para tirar vantagens comparativas.

- O Governo negocie a extensão do tratamento EBA (iniciativa de acesso ao mercado europeu para os países menos avançados), partindo da premissa de que as bases económicas nativas se encontram ainda bastante fragilizadas.
- O Governo tenha uma estratégia clara de incentivos aos produtores e agro-processadores nacionais, com especial atenção para produtores de açúcar, algodão e camarão.
- O Governo melhore a capacidade de fiscalização na área de exploração de recursos naturais.
- O Governo explore melhor o comércio entre os ACPs e os parceiros comerciais não membros da UE bem como oportunidades do sistema geral de preferências.
- O Governo e a sociedade civil continuem a apoiar a Campanha *Made in Mozambique*.

A campanha Não aos EPAs, que tem estado a coordenar os esforços das OSC na divulgação e identificação de alternativas sustentáveis a este processo, acredita que é possível uma globalização alternativa, baseada em relações justas e solidárias. Estamos dispostos a colaborar com todos os actores na formulação de estratégias aos EPAs como instrumento de liberalização injusta do comércio.

Maputo, aos 09 de Agosto de 2007